



Luís X
77

-----ACTA Nº 1/2014 -----

-----ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JANEIRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E CATORZE :-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, para discutir e votar os assuntos constantes da convocatória número um /dois mil e catorze-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos.-----

Primeiro Secretário – Manuel Lino Leão Moreira Machado.-----

Segundo Secretário – Maria Luísa Alves Carneiro Tojal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a chamada verificou-se a **presença de trinta e dois** deputados sendo eles: José Manuel Gonçalves Bastos, Adelino Ricardo Martins Pereira, Rui Cândido da Cunha Andrade que substituiu José Carneiro de Oliveira Neto, Carla Susana Martins de Moura, Maria da Conceição Marques Nunes, Miguel João Coelho da Costa, Manuel Lino Leão Moreira Machado, Joaquim Magalhães Pinto que substituiu João Viriato Nogueira de Moura Vasconcelos, Manuel Carlos Neto Salgado, Susana de Jesus de Matos Gomes, Luís Miguel Pereira Carneiro que substituiu Paula Cristina Pereira Gonçalves e Álvaro, Ângelo de Jesus Ribeiro Barbosa, José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, Maria Luisa Alves Carneiro Tojal, David Taipa Coelho, Luís Miguel dos Santos Martins, António José Fernandez



Humberto Brito
7/7

Fernandez, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, José Maria Gomes Matos, Ernesto Ferreira Lopes, Luís da Costa Neto que substituiu António Filipe Bessa Marques, Luís Nunes da Silva, José Carlos da Costa Souto, Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira Fernandez, Serafim Dias Leal, Artur Alexandre Soares da Costa, António Duarte Dias de Carvalho, Carlos Alberto Silva Coelho, Joaquim Machado dos Santos e Rui Filipe Coelho Barbosa e a **ausência** de Sandra Maria Ferreira de Brito. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o seu Presidente Humberto Brito, e os Vereadores António Marques Pereira que substituiu Pedro Pinto, Paulo Sérgio Barbosa, António Coelho, Joaquim Sousa, Alice Costa e Filomena Silva. -----



Handwritten signature

-----ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** propôs um minuto de silêncio pela morte, por acidente, de um membro da assembleia municipal de Ponte da Barca e Presidente da Juventude Socialista e pelo pai do Senhor Vereador Paulo Sérgio.-----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** dirigiu-se ao público presente e agradeceu a sua presença, afirmando que é com grande satisfação que vê o interesse que mostram na Assembleia Municipal. -----



-----PONTO UM-----

----- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2014 E ESTRUTURA DO MAPA DE PESSOAL. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Interveio o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que é o primeiro dia da vida do Partido Socialista e o orçamento que apresentado não é o que queriam apresentar, pois apresenta ainda muitas opções do antigo executivo, mas também já apresenta muitas opções do actual executivo. Afirma que estão no âmbito de uma auditoria, pelo que o orçamento ora apresentado é um orçamento provisional. É necessário ter em conta o resultado da auditoria que pode alterar as contas que conhecemos. Afirmou que o orçamento deve ser feito com base na receita, devendo ser tido em conta aquilo que o município verdadeiramente dispõe. Esclarece que a receita do município ronda 23.000.000,00 € e, que é o que podem dispor para o ano de 2014. Disse que foi com base nesse montante que elaboram a despesa. Afirmou que têm um compromisso, mas também têm que assumir o compromisso feito pelo anterior executivo. Lamenta o facto da dívida ser tão volumosa, e que por esse facto não conseguem ter uma receita equivalente à despesa. Explica que o orçamento apresentado apresenta um orçamento de 73.000.000,00 € que vem das dívidas do antigo executivo que têm de assumir. Afirmou que só mais de 42.000.000,00 € são



a fornecedores. Disse que o princípio do equilíbrio orçamental obriga a que as receitas sejam iguais às despesas, para isso foi criada uma verba acima das previsões do lado da receita para conseguir o equilíbrio orçamental imposto por lei. Disse que a lei do orçamento de estado prevê vários mecanismos de saneamento municipais ao qual o município pretende recorrer. Retorquiu que somos uma das câmaras mais endividadas per capita, que nem em cem anos é possível pagar a dívida que existe se se mantiverem estas receitas. Afirmou que o recurso ao PAEL do anterior executivo no valor de 7.000.000,00 € milhões de euros não resolveu a dívida que tinha para com os fornecedores que rondava os 37.000.000,00 €. Disse que o novo executivo tem feito cortes nas despesas, nomeadamente nos telemóveis, nos aos veículos que o município, tendo com estas medidas conseguido reduzir a dívida do município. Disse que desde de 31 de Outubro de 2013 a 31 Dezembro de 2013 conseguir reduzir a dívida em 1684 289,54 €. Afirmou que têm apostado claramente na administração directa e que conta com os trabalhadores da câmara Municipal para fazer as obras no concelho, evitando dessa forma a contratação externa. Na área social aumentaram o apoio às das famílias carenciadas de 60.000,00 € para 300.000,00 €. Disse que somam a isso o apoio na aquisição de manuais escolares no valor de 250.000,00 €. Esclareceu que para conseguir essas verbas tiveram de abdicar de fazer obras que consideram desnecessárias. Afirmou que o anterior executivo deixou uma herança pesada mas o actual executivo pretende liquida-la. Disse que o esforço também se deve ao vereador Joaquim Sousa pelo empenho que fez na área financeira. Concluiu



afirmando que o trabalho que foi feito deve-se ao empenho de todo o executivo e não de um homem só. -----

----- O deputado **Manuel salgado** Para pedir um esclarecimento quanto às verbas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 relativamente às transferências para as freguesias, Associação de Municípios e diversas instituições do concelho englobam todas as dividas, uma vez que o documento apresentado na anterior assembleia municipal apresentava um valor de 7.478.962,16 €, onde constava uma divida à freguesia de Codessos, e sobre o qual ele alertou que não existia qualquer divida para com a freguesia de Codessos. O documento actualmente apresentado apenas apresenta uma divida no valor de 2.966.963,16 euros. Questiona qual a verdadeira divida e pede mais rigor na apresentação de resultados. Questiona o actual executivo sobre que medidas pretendem tomar para revitalizar o sector Têxtil e de Vestuário, pois foi o sector contribuiu com o maior número de desempregados do concelho. -----

----- O deputado **José Luís Gomes** para falar sobre o valor da divida afirmando que existe uma redução de 40% desde a ultima assembleia municipal. Disse que no actual orçamento para 2014 o executivo abdicou voluntariamente de receitas, nomeadamente do IMI, sendo esta da única responsabilidade do Partido Socialista. Disse que o rigor é uma consequência de três princípios fundamentais sendo eles disciplina, método e organização, e que isso não se verifica nos valores colocados nem na receita nem na despesa. Afirmou que as grandes Opções do Plano apresentadas é incontestavelmente um trabalho de um relator, que

espremido não sai nada. Disse que apenas apresenta planos estratégicos mas não existindo quaisquer soluções. -----

----- O deputado **Abílio Fernandes** para dar nota do mau estado das estradas, sendo propício a provocar acidentes. Questionou sobre para quando o 250.000,00 € para os manuais escolares. -----

----- O deputado **Luís Silva** para lamentar a ausência do ex presidente da Câmara Municipal. Afirmou que se sentiu descriminado como Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró nos últimos oito anos, pelo anterior executivo camarário. Disse ainda que a bancada do Partido Social Democrata, no ano anterior não se queixou do mau estado das estradas apesar de ter sido um inverno rigoroso. -----

-----O deputado **Luís Miguel Martins** para perguntar quais as medidas que o executivo pretende tomar para o apoio às micro empresas e a internacionalização da marca capital do móvel. -----

----- O deputado **Miguel Costa** para criticar as medidas tomadas pelo anterior executivo, que deixaram a Câmara Municipal com uma enorme dívida, que considera existir um descalabro de todas as contas tanto da Câmara como das empresas municipais. -----

----- O deputado **Abílio Fernandes** para falar sobre a intervenção do deputado Luís Silva, afirmando que foi feito muito investimento na freguesia de Figueiró e que não considera que a freguesia de Figueiro tivesse sido prejudicada pelo anterior executivo em relação as restantes freguesias. -----

----- O deputado **António Fernandez** para questionar se o anterior executivo tem a convicção de que o fez, foi único e se foi bem feito.



Handwritten signature and date 7/7

Afirma que uma que boa gestão consiste em avaliar e analisar o que foi feito para conseguir traçar um bom caminho, só assim existe alternância política.-----

----- O deputado **Luís Silva** sobre a intervenção do deputado Abílio Fernandes para afirmar que o anterior executivo limitou-se a fazer um arruamento e a colaborar nas obras do cemitério e da casa mortuário, onde deixou o problema dos 30.000,00 euros por resolver. -----

----- O deputado **Miguel Costa** para dizer que o actual executivo não consegue avançar com as obras, nomeadamente das estradas porque não tem crédito, o que inviabiliza a compra dos materiais necessários às mesmas. -----

----- O deputado **Abílio Fernandes** para questionar para quando é que o executivo vai ter crédito para fazer as obras de beneficiação nas vias publicas. -----

----- O deputado **José Luís Gomes** para questionar o porquê do deputado a Luís Silva só agora falar dos problemas que teve com o anterior presidente da Câmara Municipal quando teve oito anos para o fazer e não o fez, motivo pelo qual que considera a intervenção extemporânea. Disse ainda que discordava que o executivo tenha optado pela taxa mínima de IMI, uma vez que um milhão a menos na receita irá aumentar ainda mais as dificuldades financeiras. Sugeriu que uma vez que os centros escolares possuem salas vazias as mesmas sejam aproveitadas para dar cursos profissionais, técnicos ou pós laborais, otimizando dessa forma os espaços. -----



[Handwritten signature]

----- O deputado **Ricardo Pereira** para falar da importância de votar o ponto em discussão. Disse que se deve aguardar pelo resultado da auditoria, pois é difícil basear-se em suposições, pelo que aconselha que todas devem assumir a responsabilidade na votação do documento. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** autorizou a Senhora Vereadora Alice Costa a intervir. -----

----- A Senhora Vereadora **Alice Costa** começou por explicar que a sua intervenção deve-se ao facto de ter sido levantado o problema do centros escolares, tendo sido ela a vereadora do pelouro da educação do anterior executivo. Começou por afirmar que uma vez que foi levantado o problema de excesso de salas nos centros escolares, isso deve-se a várias razões. Explicou que quando tomou conta do pelouro da educação e foi elaborada a carta educativa existia uma realidade diferente daquela que existe agora. Explicou que na altura existiam uma série de escolas em regime duplo, e que esse regime consistia nos alunos só poderem ter aulas ou de manhã ou de tarde, porque não existiam salas suficientes para a mesma turma ter aulas de manhã e de tarde. Com o programa das AECs, afirmou que, o problema agudizou-se, havendo necessidade de serem colocados contentores nas escolas para colmatar o problema. Acrescentou que a tudo isto juntava-se a intenção de dar cobertura total ao ensino pré-escolar, onde o maior índice de cobertura existente não ia além dos 63%. Explicou que nada fazia prever a diminuição de alunos, em grande parte devido à emigração, nem que viessem novas regras, nomeadamente as que dispõe mais alunos por turma. Esclarece que o número de salas que foi definido para cada centro escolar foi uma decisão conjunta do Executivo Camarário



Handwritten signature and date 17/7

e do GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação. E, que espera que a situação se altere no que concerne às novas regras impostas na constituição das turmas, que considere que as existentes penalizam gravemente os alunos. Bem como, espera que a situação financeira melhore permitindo dessa forma o regresso das crianças emigradas. -----

----- O deputado **Ricardo Pereira** para falar da carta educativa, afirmando que a mesma foi discutida e aprovada em sessão da Câmara Municipal e, que na altura existia para Paços de Ferreira uma expectativa elevada quanto densidade populacional, visível na elaboração do PDM. E que os cálculos foram feitos baseados nessas expectativas. Considera ser uma verdade histórica que é necessário repor. -----

----- A deputada **Conceição Nunes** para questionar sobre quais as medidas concretas que o executivo camarário vai tomar para incentivar a população concelhia a efectuar a ligação da água à rede pública. E para lamentar que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, não conste a diminuição do preço da água e o fim da taxa de disponibilidade. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** em relação a intervenção do Senhor Manuel Salgado para explicar que a diferença de cerca de 5.000.000,00 € existente entre os dois documentos por ele referidos deve-se ao montante das devoluções dos ramais de água, transferências feitas para as instituições sem fins lucrativos, para as juntas de freguesia, e ainda para os dos transportes escolares, que são necessárias liquidar. Afirmou que o que está em causa é a aprovação do orçamento e, não a prestação de contas. Chama a atenção que está um novo executivo

que está a apresentar um novo projecto para o futuro. Disse que o que está na mesa são as novas opções do plano do executivo que as pessoas votaram, tendo, disse, optado por não votar mais do mesmo. Afirmou que a sua função era defender o povo do concelho. E, que pretendia fazer as obras municipais pelos próprios meios. Quanto ao sector têxtil e do vestuário disse que faz parte do programa do executivo, e nesse sentido já fez visitas a empresas de têxteis e vestuário que existem no concelho. Afirmou que a sua forma de estar na política é de proximidade e isso verifica-se na relação que estabeleceu com todos os presidentes de junta de freguesia. Quanto à taxa mínima de IMI mencionada por alguns deputados, disse que o executivo camarário prefere reduzir na despesa, e que para isso é necessário trabalhar bem em prol dos munícipes. Quanto ao rigor do actual executivo questionado pelos deputados, fala na falta de rigor do anterior executivo e das medidas que tomou, podendo ser constatadas, entre outras, o uso indevido do dinheiro das cauções dos empreiteiros e das verbas transferidas dos fundos comunitários. Esclareceu que já começou com as obras de beneficiação das vias públicas e já começou a pagar os manuais escolares, comprometendo-se, ainda a pagar os manuais escolares a quem o requereu. Quanto as medidas a tomar em relação às micro empresas e a internacionalização da capital do móvel esclareceu que só deu entrada o novo executivo no dia 23 de Outubro de 2013, e que apesar disso já deu inicio a uma serie de procedimentos, que conta com a criação de um gabinete de desenvolvimento económico para dar resposta a essas iniciativas. Ele próprio já reuniu com a AEPF para criar condições no sentido dos empresários conseguirem captar clientes estrangeiros.



Aluisio

Apresentou a solidariedade a Luís Silva pelo que passou no passado, estendendo essa solidariedade a todos os presidentes de junta. Nesse sentido disse que instruções aos serviços para criar uma plataforma onde todos os presidentes de junta possam perceber que são tratados de forma igual. Esclareceu que faz a sua obrigação de forma a ter a sua consciência tranquila. Quanto a intervenção da deputada Conceição Nunes sobre a questão da água, afirmou que já reuniu com empresa AGS onde foi apresentado um conjunto de soluções que lhe parecem basilares, e que espera brevemente apresentar aos cidadãos do concelho boas notícias. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** autorizou a Senhor Vereador Paulo Sérgio a intervir. -----

----- O Senhor Vereador **Paulo Sérgio** no âmbito da problemática sobre os centros escolares, e, como actual vereador do pelouro da educação. Começou por afirmar que não se deve misturar parte técnica da pedagógica. Quanto à parte pedagógica concorda em parte com o que foi feito. Quanto à parte técnica esclarece que no que diz respeito ao número de salas vazias dos centros escolares, reconhece como verdadeiras as afirmações feitas anteriormente sobre este assunto, nomeadamente pela vereadora Alice Costa e pelo deputado Ricardo Pereira, mas diz que conhecimento que houve um esforço enorme, por parte de anterior executivo, e aumentar o número de salas de aula por centro escolar indo buscar dessa forma 135000 euros de fundos comunitários por cada sala de aula. Lamenta que apesar dos centros escolares serem novos já apresentarem vários e graves problemas, necessitando da intervenção, não possuindo o executivo de verbas para solucionar os problemas. Para tentar



Assembleia Municipal
Lagos de Ferreira

[Handwritten signature]

colmatar essa deficiência, esclareceu que recorrem ao pessoal que tem nas oficinas municipais. -----

----- Colocada a votação a proposta foi aprovada com quinze votos a favor e dezassete abstenções. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

-----PONTO DOIS-----

----- AUTORIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO
NO VALOR DE € 1.200.000,00. -----

---- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto
da Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** autorizou a Senhor Vereador Joaquim
Sousa a intervir. -----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador **Joaquim Sousa** por ser o
vereador que detém o pelouro financeiro, tendo esclarecido que o
empréstimo ora apresentado tinha sido objecto de alteração legislativa, não
sendo possível ao abrigo da actual legislação, e devido ao endividamento
que o município tem, recorrer a este tipo de empréstimo. Pelo exposto,
solicitou que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** declarou que este ponto foi retirado da
ordem de trabalhos. -----



Assembleia Municipal
Paços de Ferreira

Relatório
[Signature]

-----PONTO TRÊS-----

----- AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS REPARTIDAS POR MAIS
DE UM ANO ECONÓMICO. -----

----- Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para iniciar este ponto da
Ordem de Trabalhos, abrindo, de seguida, as inscrições. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Assembleia Municipal
Paços de Ferreira

Aluis et
[Signature]

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser submetida à discussão e votação na próxima sessão.-----

----- A MESA -----

[Signature]
[Signature]
Aluis et